

REPOSTAS AOS RECURSOS PROTOCOLADOS: questões 08, 10, 25 e correção do caderno de questões – Prova de Pós-Graduação Especialização “Gestão e Controle Social das Políticas Públicas”

Questão nº 08: A questão impugnada detém a seguinte redação:

8. No texto há algumas palavras grifadas e negritadas, todas desempenham a mesma função sintática de substituir um termo ou uma expressão, ou seja, são pronomes. Assinale a alternativa correta quanto ao emprego de tais pronomes no texto.

- a) O pronome **esse** se refere aos dados do censo do IBGE de 2010.
- b) O pronome **se** faz referência aos direitos da população idosa.
- c) O pronome **que** se refere à Cidade de São Paulo, constante da sentença anterior.
- d) O pronome **cujo** demonstra relação de pertencimento e conecta o termo percentual ao termo políticas públicas.
- e) O pronome **destes** faz referência à expressão conselhos de direitos.

O recorrente impugna a resposta correta apresentada em gabarito – alternativa [e] – da questão acima apresentada. Reproduz-se abaixo o trecho do texto a que faz referência à alternativa:

Durante três dias, será debatido, como tema principal do evento, “Os Desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas”, sob o prisma de quatro pontos temáticos: Direitos Fundamentais na construção/efetivação das políticas públicas; Educação, assegurando direitos e emancipação; Enfrentamento da violação dos direitos humanos da pessoa idosa; conselhos de direitos e o papel destes na efetivação do controle social, geração e implementação de políticas públicas.

O impugnante afirma que o pronome **destes** faz referência aos “*quatro pontos temáticos*”, e não somente à expressão conselhos de direitos. O pleito do candidato não encontra razão.

Vejamos:

Em primeiro lugar, a análise de pontuação exclui a proposição do recorrente. Como se nota da análise do parágrafo, os quatro pontos temáticos apresentados estão separados por três sinais de ponto e vírgula, cuja função sintática é recobrar o termo originário da listagem (*quatro pontos temáticos*). Desta maneira, o pronome não poderia recobrar a totalidade dos pontos apresentados.

Em segundo lugar, quanto à função anafórica do pronome, destaca-se a gramática de NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, “*Gramática Metódica da Língua Portuguesa*” (Ed. Saraiva, 46ª ed., 2009 – pp. 184-185):

“341 – ESTE, ESSE, AQUELE: Que tais demonstrativos localizam é fácil ver; quando dizemos ‘Eu vi este homem’, mostramos claramente que nos referimos a um homem que está perto de nós; dizendo ‘Eu vi esse homem’, determinamos um homem que está afastado de nós, mas perto da pessoa com que falamos; dizendo ‘Eu vi aquele homem’, referimo-nos a um homem afastado de nós e, ao mesmo tempo, afastado da pessoa a que nos dirigimos.”

Pontua-se, ainda, a lição de EVANILDO BECHARA, “*Moderna Gramática Portuguesa*” (Ed. Nova Fronteira, 37ª ed., 2009 – p. 167):

“Este livro é o livro que está perto da pessoa que fala; esse livro é o que está longe da pessoa que fala ou perto da pessoa com quem se fala; aquele livro é que se acha distante da 1ª e da 2ª pessoa.”

A lição gramatical da função anafórica acima relatada confirma a função **destes** no parágrafo apresentado: o pronome substitui o termo *conselhos de direitos*, que se encontra aproximado sintática e fisicamente ao pronome; logo, no devido emprego da norma padrão de língua portuguesa, referenciado e referência se encontram aproximados fisicamente na estrutura textual, conforme requerido pelo pronome base eleito pelo autor “este” (variação empregada no texto: *destes*), cujo emprego adequado pressupõe a proximidade sintática (estrutura frasal) da referência.

Finalmente, a análise semântica do parágrafo apresentado demonstra que o núcleo de sentido da expressão que sucede o pronome **destes** determina sua correspondência com o termo *conselhos de direitos*, da mesma forma que outros marcadores textuais correspondem a outros núcleos de sentido em volta dos quais orbitam – para cada um dos quatro núcleos temáticos apresentados na primeira linha. Vejamos: “na” (linha 3) estabelece a relação entre o núcleo semântico “Direitos Fundamentais” e “construção/efetivação das políticas públicas”; “Educação” e “assegurando direitos e emancipação”; “Enfrentamento da violação dos direitos humanos” e “da pessoa idosa”; e “conselhos de direitos” e “papel na efetivação do controle social, geração e implementação de políticas públicas”. Exemplarmente, se houvesse a substituição do pronome anafórico “destes” pelo pronome possessivo “seu”, sintaticamente disposto à frente da palavra “papel”, haveria manutenção do núcleo semântico de “conselhos de direitos”, preservando-se integralmente a estrutura de sentido do parágrafo.

Conclusão: A impugnação à questão 08, de língua portuguesa, da prova para o acesso ao Curso de Especialização em “Gestão e Controle Social das Políticas Públicas”, analisada individualmente, não prosperam e não encontram respaldo na doutrina gramatical. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 10: A questão impugnada detém a seguinte redação:

10. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que esteja de acordo com a norma padrão de língua portuguesa:

- a) Tendo sido encerrado a audiência pública, procederam os vereadores à votação a portas fechadas.
- b) A diluição dos reagentes a trinta graus comprovaram a possibilidade de novos tratamentos serem realizado pela Companhia de Água e Esgoto.
- c) À comunidade foi disponibilizado o serviço de transporte de pertences haja vista o necessário esvaziamento da edificação avariada pelo curto-circuito em instalações elétricas.
- d) Potencialmente perigoso pelo alto grau de dependência, os opióides sintéticos podem amenizar as dores de pacientes terminais.
- e) Fartas de políticas organizacionais incompletas, a maioria das mulheres trabalhadoras afirmam que não sente segurança financeira ao engravidar.

O impugnante afirma que a alternativa [e] também estaria correta, além da alternativa [c] (resposta do gabarito oficial). Afirma o recorrente que a “*dúvida posta está com a concordância entre o verbo “SENTE” com a expressão “mulheres trabalhadoras” MAS O CORRETO é sua conjugação acompanhar a palavra “MARIORIA”.*”

As razões do recurso não prosperam. Assumindo-se a correção do destaque do recorrente, persistiria a incorreção referente à flexão do verbo “afirmar”.

Conforme a lição de NAPOLEÃO MENDES DE ALMEIDA, “*Gramática Metódica da Língua Portuguesa*” (Ed. Saraiva, 46ª ed., 2009 – p. 414 e 443):

*“Em substituição ao nome “sujeito gramatical”, “objeto gramatical” procuraram introduzir o de “núcleo do sujeito”, “núcleo do objeto”, dando-se a entender por “núcleo” a palavra que **realmente exerça a função sintática**, seja ela qual for, que se considere, donde a definição de sujeito simples (...), e a de sujeito composto (...)”(grifos nossos)*

*“711 – **Coletivo partitivo** – A) Quando a ação do verbo pode ser atribuída separadamente aos indivíduos que o coletivo representa, pode ir o verbo para o plural, concordando com a totalidade desses indivíduos (concordância siléptica ou lógica) ou ficar no singular, concordando com o coletivo (concordância gramatical) (...)”*

Considerando-se, então, tanto o núcleo do sujeito, quanto a concordância verbal – siléptica ou gramatical, há duas formas de adequação de concordância verbal viáveis na sentença da alternativa [e].

No caso de o *núcleo do sujeito*, que **realmente exerce a função sintática**, na concordância siléptica, ser *mulheres*, a flexão verbal demandada para plena adequação à norma padrão de língua portuguesa seria a terceira pessoa do plural. Assim, ter-se-ia a seguinte redação:

“Fartas de políticas organizacionais incompletas, a maioria das mulheres trabalhadoras afirmam que não sentem segurança financeira ao engravidar.”

No caso de o *núcleo do sujeito*, que **realmente exerce a função sintática**, ser *maioria*, na concordância gramatical, a flexão verbal demandada para plena adequação à norma padrão de língua portuguesa seria a terceira pessoa do singular.

Desta forma, a flexão do verbo “*sentir*” – “*sente*”, terceira pessoa do singular – está adequada e conforme a norma padrão da língua portuguesa.

No entanto, o verbo “afirmar”, cujo sujeito flexor é igualmente a palavra *maioria*, encontra-se flexionado na terceira pessoa do plural – “afirmam” – discordando da norma padrão, segundo a qual, a flexão adequada seria “afirma”.

“Afirmar” é verbo de conjugação simples, cujo paradigma de conjugação se encontra em: EVANILDO BECHARA, “*Moderna Gramática Portuguesa*” (Ed. Nova Fronteira, 37ª ed., 2009 – p. 250).

Desta maneira, adotando-se *maioria* como núcleo do sujeito que provoca a flexão verbal, a sentença se adequaria à norma padrão da língua portuguesa, se detivesse a seguinte redação:

*“Fartas de políticas organizacionais incompletas, a maioria das mulheres **afirma** que não **sente** segurança financeira ao engravidar.”*

Conclusão: A impugnação à questão 10, de língua portuguesa, da prova para o acesso ao Curso de Especialização em “Gestão e Controle Social das Políticas Públicas”, analisada individualmente, não prosperam e não encontram respaldo na doutrina gramatical. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Questão nº 25:

Em resposta ao recurso protocolado EC 72-14-001-1 de 18/06/2019 que solicita revisão do gabarito do processo seletivo de pós-graduação em Controle Social das Políticas Públicas para a questão de número 25 segue análise:

O recurso aponta que a quinta lacuna para preenchimento com a opção verdadeiro ou falso tem como resposta correta a indicação falsa, pois o art. 53 no seu inciso IV prevê o “direito de organização e participação em entidades estudantis” e, não condiciona o mesmo a nenhuma autorização prévia da gestão escolar. Esse apontamento está correto e, é justamente essa a resposta que está contemplada pela alternativa C, que é a resposta correta por agregar todas as análises corretas dos itens solicitados. Abaixo conta descrição detalhada de cada um dos itens que deveriam ser analisados, bem como a indicação da alternativa correta que agregou a análise correta com base no artigo 53 da Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

Questão 25 do processo seletivo 2019 do curso de especialização em Gestão e Controle Social das Políticas Públicas:

25. O art. 53 da Lei 8.069/90 (ECA) diz que “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” Para que esse direito se efetive o artigo prevê que seja assegurado um conjunto de condições que encontram-se listadas em cinco Incisos que completam o artigo. Com base na escrita literal do artigo leia as sentenças, classifique cada uma delas como Verdadeira ou Falsa e escolha a alternativa que representa a classificação correta:

(V) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
Análise: (referente art.53 inciso I)

(V) direito de ser respeitado por seus educadores;
Análise: (referente art.53 inciso II)

(F) acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência, desde que aja vaga na mesma.

Análise: (referente art.53 inciso V)

(V) direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

Análise: (referente art.53 inciso III)

(F) direito de organização e participação em entidades estudantis, desde que devidamente autorizados pela gestão escolar;

Análise: (referente art.53 inciso IV)

a) V,V,V,F,F

b) F,V,V,F,V

c) **V,V,F,V,F**

d) V,F,F,V,F

e) V,V,F,V,V

Resposta Correta: Alternativa C

Segue abaixo transcrição literal do artigo 53 da Lei 8.069/90 para conferência:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - direito de ser respeitado por seus educadores;**
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;**
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;**
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.**
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.**

Conclusão: Diante da análise feita reiteramos que a alternativa C é a correta. Desta forma, a questão e o gabarito não merecem revisão e não prospera o recurso.

Solicitação de correção do caderno de questões:

Conforme verificação de procedimentos internos e registro em ata da Sala nº 15, que teve início da prova às 10h10 e término da prova dos três últimos candidatos às 12h10, certificou-se que não houve irregularidades com o tempo de duração da prova. Em cumprimento aos itens 17, 18 e 19 do Regulamento do Processo Seletivo Simplificado, o único documento aceito para a correção é a Folha de Resposta.

Conclusão: A solicitação referente à correção pelo Caderno de Questões não apresenta respaldo no Regulamento, desta forma não prospera o recurso.